

## **JUSTIFICATIVA DE ANULAÇÃO** **Pregão Eletrônico n° 22/2022**

### **I - DO OBJETO**

Trata-se de justificativa de Anulação pertinente a **Pregão Eletrônico n° 22/2022** cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DOS APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO SOB DEMANDA, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS.

### **II – DAS PRELIMINARES**

O referido Certame Licitatório foi publicado no sistema SIASGNET, em 10/01/2023, aberto no dia 20/01/2023, correndo perfeitamente até a presente data, sem qualquer fato ou evento aparente que pudesse causar vício.

No dia 20/01/2023, data previamente agendada, foi realizada, por meio do portal eletrônico comprasnet, Sessão Pública para conhecimento das Propostas e Habilitação das licitantes.

A modalidade é pregão SRP contendo 12 Grupos. E cada grupo contendo 3 itens totalizando 36 itens. As especificações dos serviços por item são:

- I – Serviço de manutenção preventiva e corretiva (Objeto de disputa)
- II – Serviços eventuais de instalação e desinstalação de Ar Condicionado (Objeto de disputa)
- III – Peças e acessórios de aparelhos. (O valor do item é fixo não podendo ser objeto de disputa)

### **III – DO VÍCIO NO TERMO DE REFERÊNCIA**

Após a sessão, foi realizada uma análise no processo, onde a equipe de planejamento constatou a ausência de informação fundamental no Termo de Referência, no que tange ao valor da estimativa de materiais, que é fixo, não devendo ser objeto de disputa.

Cediço que o Termo de Referência é parte integrante do Edital de licitações e cabe aos licitantes, seguirem as regras de ambos documentos, não obstante, as empresas apresentarem as suas propostas no item de peças e acessórios de aparelhos, alterando o valor fixado no Termo de Referência, bem como, não seguiram o critério que foi estabelecido quanto as previsões de peças e estimativas de execuções.

Tal conduta fere o princípio da isonomia, motivo pelo qual, a Administração Pública não poderia dar prosseguimento ao processo.

### III - DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabe destacar que o procedimento licitatório realiza-se mediante uma série de atos administrativos, pelos quais aquela entidade que pretende contratar analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre elas, a mais vantajosa para os cofres públicos.

Em razão disso, essa série de atos administrativos sofre um controle por parte do poder público.

Esse controle que a Administração exerce sobre os seus atos caracteriza outro princípio administrativo: o da autotutela administrativa. Esse instituto foi firmado legalmente por duas súmulas.

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal – “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – “A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Essas súmulas estabeleceram então que a Administração poderá revogar, por motivo de interesse público, ou anular, em razão de ilegalidade, seus atos.

A anulação de ofício é corroborada pelo disposto no art. 50, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 50. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Acerca da anulação da licitação, dispõe a Lei nº 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.”

Todavia, em que pese o posicionamento do parágrafo 3º do artigo supracitado, existe a possibilidade de supressão do contraditório e da ampla defesa nos casos em que o desfazimento do processo de contratação ocorra antes da homologação do certame e da adjudicação do objeto.

A hipótese encontra fundamento no posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, o qual defende a tese de que antes da adjudicação do objeto e da homologação do certame, o particular declarado vencedor não tem qualquer direito a ser protegido em face de possível desfazimento do processo de contratação, o que afasta a necessidade de lhe ser assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa. Veja-se:

*ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO.*

*Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.*

*Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.*

*A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.*

*O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.*

*Recurso ordinário não provido. (STJ, ROMS nº 200602710804, Rel. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008.*

Como prevê nos artigos em questão, a autoridade pública deverá anular o procedimento licitatório por ilegalidade. O ato administrativo quando realizado em discordância com o preceito legal é viciado, defeituoso, devendo assim, ser anulado. Neste caso não há margem para a Administração deliberar sobre o atendimento ao interesse público; a mera quebra de premissa da lei ocasiona o vício, sendo passível de anulação, suscitada de ofício pela autoridade ou por terceiros interessados, não gerando o ato, expectativa de direitos, contraditório e ampla defesa e por consequência, direito a indenização.

Nesse sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito administrativo. 18 ed. São Paulo: atlas, 2005. pág. 359) explica que “a anulação pode ser parcial atingindo determinado ato, como a habilitação ou classificação”.

In casu, consoante relatado, apenas após a fase de lances, foi constatada irregularidade entre no Termo de Referência e o Edital regente do procedimento licitatório, e não foi possível mantê-lo com o simples saneamento.

Por todas as lições aqui colacionadas, claro está que a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas onde se deve buscar sempre o interesse coletivo, obedecendo os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da lei 8.666/93; devendo, portanto, anular o procedimento licitatório ante a existência de vício insanável.

#### **IV - DA DECISÃO**

Diante de todo o exposto e com fulcro no inciso I, do art. 17, do Decreto 10.024/2019, a equipe de planejamento encaminha o presente à autoridade competente, com as seguintes sugestões:

- Autorizar a ANULAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 22/2022, em razão da falta de ausência de previsão quanto a impossibilidade da oferta de lances quanto a estimativa de valor fixo dos materiais, o que induziu as licitantes a erro .
- Autorizar a realização de novo certame, na urgência que o caso requer.

É importante destacar que a presente justificativa não vincula a decisão superior acerca do ato de anulação. Contudo, fornece subsídios à Autoridade Superior, a quem cabe a análise desta e a decisão pela anulação.

Manaus, 15 de fevereiro de 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

**JUSTIFICATIVA Nº 12/2023 - DILOG/PROPLAD (11.01.01.05.26)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Manaus-AM, 15 de Fevereiro de 2023**

**JUSTIFICATIVA\_ANULAO.pdf**

**Total de páginas do documento original: 4**

*(Assinado digitalmente em 17/02/2023 11:25 )*

**RODRIGO RODRIGUES NOGUEIRA**

*CHEFE DE DEPARTAMENTO*

*1825345*

*(Assinado digitalmente em 17/02/2023 11:23 )*

**ELIANE CARDOSO DA SILVA**

*DIRETOR*

*3209431*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>  
informando seu número: **12**, ano: **2023**, tipo: **JUSTIFICATIVA**, data de Assinatura: **15/02/2023** e o  
código de verificação: **48adffb8b5**